

Parlamento Digital Conceitos e Práticas

Organizadores

Cristiane Brum Bernardes

Isabele Mitozo

Sérgio Braga

Sivaldo Pereira da Silva

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)

Ana Flávia Magalhães Pinto

Andrey Rosenthal Schlee

César Lignelli

Fernando César Lima Leite

Gabriela Neves Delgado

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo

Liliane de Almeida Maia

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Roberto Brandão Cavalcanti

Sely Maria de Souza Costa

Parlamento Digital

Conceitos e Práticas

Organizadores

Cristiane Brum Bernardes

Isabele Mitozo

Sérgio Braga

Sivaldo Pereira da Silva

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Assistente editorial
Revisão
Projeto gráfico e diagramação

Equipe editorial

Marília Carolina de Moraes Florindo
Emilly Dias e Jade Luísa Martins Barbalho
Isabele Mitozo
Rede Plene Mariae Produções

© 2021 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser
armazenada ou reproduzida por qualquer
meio sem a autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

P252 Parlamento digital [recurso eletrônico] :
conceitos e práticas / organizadores, Cristiane
Brum Bernardes ... [et al.]. – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2023.
449 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-087-9.

1. Câmaras legislativas – Inovações
tecnológicas. 2. Democracia. 3. Governo
representativo e representação. I. Bernardes,
Cristiane Brum (org.).

CDU 328

Sumário

Prefácio	7
<i>Ricardo Fabrino Mendonça</i>	
Apresentação	11
<i>Cristiane Bernardes, Isabele Mitozo, Sérgio Braga e Sivaldo Pereira da Silva</i>	
Parte I	
Dimensões conceituais e teóricas do Parlamento Digital	
Capítulo 1	
Inovações digitais para os Parlamentos: Pesquisa e Prática	17
<i>Cristiane Bernardes e Isabele Mitozo</i>	
Capítulo 2	
Sobre o campo do Parlamento Digital	49
<i>Wilson Gomes</i>	
Capítulo 3	
Democracia híbrida: novas possibilidades de democratizar a democracia	93
<i>André Sathler e Malena Rehbein</i>	
Capítulo 4	
<i>CrowdLaw</i> : Inteligência coletiva e processos legislativos	117
<i>Beth Simone Noveck</i>	
Capítulo 5	
A democracia representativa na era digital e as funções desempenhadas pelos e-parlamentos	149
<i>Sérgio Braga</i>	
Parte II	
Governança digital em Parlamentos dados abertos, transparência e engajamento público	
Capítulo 6	
Transparência digital e Poder Legislativo	187
<i>Jamil Marques e Edna Miola</i>	
Capítulo 7	
Parlamento digital, Dados abertos e Transparência Legislativa	213
<i>Sivaldo Pereira da Silva</i>	
Capítulo 8	
E-Petições ao Parlamento	241
<i>Cristina Leston-Bandeira</i>	

Capítulo 9 Robôs políticos: como a inteligência artificial pode facilitar a interação entre cidadãos e parlamentares <i>Cristiano Faria</i>	267
Parte III Processo Legislativo <i>online</i> e Políticas Públicas	
Capítulo 10 Representação política, internet e instituições: uso de websites pelos deputados na Inglaterra, na Bélgica e no Brasil <i>Maria Alejandra Nicolás, Luciana Fernandes Veiga</i>	301
Capítulo 11 A experiência de <i>crowdlaw</i> no Brasil: Elaboração colaborativa online de leis na Câmara dos Deputados <i>Antonio Barros, Cristiane Bernardes, Michelle Cristina Silva</i>	321
Capítulo 12 Para além da deliberação e do engajamento: O papel dos e-parlamentos na fiscalização e no monitoramento de políticas públicas <i>Andrea Perna, Nelson Gomes dos Santos Filho, Sérgio Braga</i>	369
Capítulo 13 Participação digital na discussão constitucional: Diálogos cidadãos chilenos (2015) <i>Yanina Welp</i>	403
Capítulo 14 Considerações Finais: Uma agenda de pesquisa, reflexão e aplicações práticas em Parlamento Digital <i>Cristiane Bernardes, Isabele Mitozo, Sérgio Braga e Sivaldo Pereira da Silva</i>	427

Parte III

Processo Legislativo online e Políticas Públicas

Capítulo 10

Representação Política, Internet e Instituições: Uso de Websites pelos Deputados na Inglaterra, na Bélgica e no Brasil¹

Luciana Fernandes Veiga

Maria Alejandra Nicolás

1 Introdução

O impacto da internet e, especialmente, das mídias digitais na vida dos indivíduos não é um quesito a ser questionado. Assim como, em termos gerais, a ideia de que estas ferramentas de comunicação tenham influenciado as democracias representativas e, especialmente, o vínculo de representação política entre os representantes e os representados na contemporaneidade. Este texto se insere assim como pretende contribuir com ele debate sobre a relação, por um lado, das variáveis institucionais dos sistemas políticos e, por outro, da presença *on-line* das elites parlamentares. Nesse sentido, visamos fazer um aprofundamento deste debate sobre o uso de ferramentas online pelos parlamentares a partir também de uma perspectiva mais institucional. O interesse em analisar o uso da internet pelos parlamentares nos sistemas políticos tem se desenvolvido notadamente no âmbito acadêmico europeu e norte-americano (KIES *et al.*, 2003, ZITTEL, 2003; JACKSON, 2006; NORTON, 2007; LILLEKER; JACKSON, 2007; ZITTEL, 2009; WILLIAMSON, 2009). Especialmente, com relação à literatura que aborda os impactos da internet no processo de representação política, caracterizados como “funções dos e-parlamentos” por alguns analistas (LESTON-BANDEIRA, 2007), estes buscam aprofundar a reflexão sobre os impactos da internet no funcionamento da instituição parlamentar em suas múltiplas dimensões e

¹ Este artigo faz parte da Tese de Doutorado “Internet, parlamentares e contexto off-line: websites parlamentares em contextos institucionais diferentes” (2015), sob orientação da Profa. Luciana Fernandes Veiga na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

funções desempenhadas (representação, educação, resolução de conflitos, legislação, escrutínio e legitimação), bem como nos processos de representação política que vinculam os membros do parlamento aos cidadãos comuns (COLEMAN, 2005; COLEMAN; BLUMLER, 2009; KARLSSON, 2011; LILLEKER; KOC-MICHALSKA, 2013).

Nesta pesquisa, tivemos como intuito investigar, a relação entre, por um lado, o contexto *off-line*, isto é, variáveis que se referem ao tipo de governo, o sistema eleitoral, o subtipo de sistema eleitoral e o sistema partidário da Inglaterra, da Bélgica e do Brasil, e, por outro, o uso da internet pelos parlamentares que ocupam as casas nacionais desses países. Optamos por pesquisar uma série de *websites* parlamentares de alguns países, onde, por levantamento preliminar, se evidenciou um uso deste mecanismo. Em segundo lugar, pelo interesse em investigar o uso da internet por determinados segmentos das elites políticas de países com características institucionais diferentes. Com relação às estratégias metodológicas, trabalhou-se com uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa. O universo empírico foi constituído por uma amostra estratificada dos *websites/blogs* dos parlamentares. Entre os meses de janeiro a maio de 2014 foram analisados, através da técnica qualitativa de “análise de conteúdo”, 487 *websites/blogs* com o intuito de coletar dimensões relacionadas à representação política. Antes de proceder à análise dos dados, são apresentadas algumas características da nossa amostra, tais como, sexo, ideologia partidária e uso de mídias digitais pelos parlamentares. Portanto, o artigo divide-se nas seguintes seções: na primeira, discute-se a relação entre representação política e internet; na sequência, é apresentada a estratégia metodológica de pesquisa; logo, seguem os resultados e as discussões; e, por fim, as considerações finais.

2 Representação política e internet

No que diz respeito aos processos de representação política que vinculam os membros do parlamento aos cidadãos, vários estudos tiveram como intuito analisar os mecanismos utilizados pelos parlamentos e parlamentares no contato com os eleitores na *web* (NORTON, 2007; WILLIAMSON, 2009; BRAGHIROLI, 2009; PERNA; BRAGA, 2012). Do mesmo modo, esses estudos abordaram as ferramentas que os *websites* disponibilizam a partir de

questões que dizem respeito à publicização da gestão, transparência e *accountability*. Em termos gerais, as conclusões dos estudos apontam para uma utilização da internet de forma “complementar” ao trabalho parlamentar. Nesse sentido, a internet não estaria sendo utilizada para reformular aspectos ou dimensões da democracia representativa. Por outro lado, segundo, Lusoli *et al.* (2006) a internet possui potencial suficiente para gerar mudanças em três dimensões da representação política entre os parlamentares e os eleitores: (i) Relação dos parlamentares com a *constituency*: a internet pode ser utilizada para aprimorar a eficiência e o profissionalismo do relacionamento dos parlamentares com sua base eleitoral, dessa maneira a comunicação tenderia a ser mais rápida e regular com seus eleitores. Nesse sentido, a ideia de mandato imperativo² seria reforçada, a *accountability*³ ganha mais um veículo que viabiliza a sua promoção, durante o mandato de forma contínua e, contribuindo com o processo de transparência das atividades do representante; (ii) Relação dos parlamentares com os partidos: a internet poderia ampliar o potencial para alterar o equilíbrio das relações entre os partidos e os representantes. Refere-se aos conflitos intrínsecos gerados pelas tensões surgidas de um uso independente de *blogs* e *websites* por parte dos parlamentares, que fornecem uma plataforma potencialmente maior para o individualismo, a ligação em rede e até mesmo dissidências partidárias. Esta questão remete à discussão da “democracia de partidos” e da “democracia do público” de Manin (1995) que, embora, por um lado, a internet possa oferecer espaço para reforçar a “personalização da representação” em detrimento da política partidária, por outro lado, também pode atuar como um meio de aproximação e reforço da relação com o partido. Seja através de símbolos ou, especialmente, por meio das políticas e plataformas que são elencadas por estes; (iii) Estratégias e agendas de campanhas: os parlamentares poderiam desenvolver com mais autonomia suas próprias estratégias de campanhas online, recolhendo opiniões ou incentivando o público a fornecer

2 A ideia de mandato imperativo remete ao político inglês do século XVIII, T. Burke, para quem os interesses locais e nacionais da população de uma nação são descobertos através do debate racional no Parlamento.

3 A representação política nas democracias contemporâneas contempla a existência de “accountability”. Especificamente, nos referimos à necessidade dos políticos prestarem contas do mandato e se submeterem ao veredicto dos cidadãos e, sendo o ponto alto deste processo o pleito eleitoral.

apoio, seja através de campanhas online ou assinando petições eletrônicas, o que favoreceria a inclusão de novos temas na agenda das campanhas eleitorais, para além do controle estrito da organização partidária.

Com relação às questões a serem problematizadas pelos estudos que analisam a representação política entre os parlamentares e os eleitores, Coleman e Spiller (2003) e Coleman (2005) apontam três questões principais de cunho teórico. Em primeiro lugar, a utilização da internet e seu potencial para transcender os arranjos tradicionais e instituições de representação política. Em segundo lugar, os efeitos que o uso da internet pode estar gerando desde a visão dos representados. E por último, a ideia de uma “reconceitualização” do conceito da representação nos governos representativos com noções sobre conectividade.

Para Coleman, a representação envolve uma conexão que deveria ser permanente entre políticos e cidadãos, embora esta questão não seja perceptível e, muitas vezes, seja uma relação tênue e complexa de se sustentar após o período eleitoral. Nesse sentido, a *accountability* precisa ultrapassar o momento eleitoral e se instaurar como um processo que seja contínuo e transparente durante o mandato do político (COLEMAN, 2005). Nessa linha, este autor detecta diversas mudanças incrementais que estão ocorrendo nos processos de representação política em decorrência dos impactos das mídias digitais, dentre elas o surgimento de uma modalidade mais direta de representação (BRAGA; CRUZ, 2014). Para Coleman (2005), ainda, a relação de representação que se estabelece na internet poderia se constituir numa “representação direta” que forneceria bases para uma democracia mais dialógica e deliberativa, ao invés do diálogo, no qual parece ninguém escutar, que tende a caracterizar a representação política contemporânea nos moldes das democracias representativas. O autor também adverte sobre os equívocos que podem levar a estabelecer uma relação determinista entre a internet e uma nova forma de representação: “[...] esta nova representação necessita de uma adaptação institucional, política e de natureza cultural”⁴ (COLEMAN, 2005, p. 188). Em coautoria com Blumler (COLEMAN; BLUMLER, 2009), Coleman aponta que, diante da desconexão ou desligamento de comunicação entre representantes e representados,

4 “[...] The latter calls for institutional adaptation of a procedural, political and cultural nature”

característica presente na maioria das democracias liberais contemporâneas, em teoria a comunicação digital através da internet poderia oferecer formas promissoras de discursos.

Cabe mencionar outros estudos que foram centrais para a elaboração de *insights* para a construção do modelo de análise deste trabalho. Em primeiro lugar, os trabalhos de Zittel (2003; 2004; 2009). Uma das contribuições do autor ao campo de estudo se relaciona com a manifestação de dois tipos de modelos de representação nas democracias representativas: (i) o modelo constitucional, o qual se encaixa nos moldes tradicionais da representação política, em que os partidos políticos de massa possuem a centralidade necessária para atuar como intermediários entre os representantes e representados; e (ii) o modelo tecnológico, que se caracteriza por uma utilização mais intensiva da internet por parte dos parlamentares, sendo esta crucial no exercício do mandato.

Cabe trazer à discussão, ainda, o trabalho de Phillip Norton (2007), que a partir dos achados de Zittel (2003; 2007) sobre a utilização dos modelos de representação pelos parlamentares, antes mencionados, constrói quatro modelos de representação política, a fim de analisar o comportamento dos parlamentares britânicos na internet: (i) modelo tradicional: refere-se a um uso muito rudimentar das ferramentas que a internet pode proporcionar. O uso das internet é rejeitado, seja por falta de conhecimento sobre o potencial desta, seja por considerar que seu uso não incrementará o trabalho do parlamentar; (ii) modelo partidário: a internet pode ser utilizada para reforçar a posição dominante dos partidos no sistema político, possivelmente com maior intensidade em sistemas parlamentaristas do que em sistemas presidencialistas; (iii) modelo representativo: relaciona-se com a perspectiva de enxergar os parlamentares como representantes dos interesses nacionais conforme sua consciência, e não como delegados da sua base eleitoral. A internet não é apenas utilizada para reforçar os meios de comunicação existentes, mas também para criar novas formas que ignorem em certa medida o partido; (iv) modelo de tribuna: os parlamentares são vistos como porta-vozes dos representados. A internet é utilizada para captar os posicionamentos dos eleitores

de uma maneira que os meios tradicionais não permitem. Este é o modelo que mais se aproxima do modelo tecnológico de Zittel, no qual os representados possuem um papel mais ativo.

Por fim, podem-se destacar os trabalhos Jackson (2006) e Lilleker e Jackson (2009). Os autores identificam quatro principais modelos de representação política entre os parlamentares e os constituintes através da internet. Estes são: (i) “delegação” (*delegate*): ligada às ações empreendidas pelos parlamentares através da internet, para identificar os pontos de vista de seus eleitores. Similar ao “modelo de tribuna” elaborado Norton, no qual se prioriza trazer para dentro do parlamento os diferentes interesses presentes na sociedade, neste caso a circunscrição eleitoral; (ii) “confiança” (*trustee*): a internet não agregaria muito valor nesse tipo de papel, na medida em que o parlamentar possui certo grau de independência com relação aos constituintes, a prioridade é a legislação nacional e não a local. Aproxima-se do “modelo representativo” construído por Norton. O modelo “delegado” e o modelo de “confiança” remetem à ideia de mandato imperativo e mandato livre; (iii) “fidelidade ao partido” (*partisan*): a centralidade é ocupada pelos partidos políticos como mediadores da representação entre governantes e eleitores. O modelo partidário (MANIN, 1997) é considerado dominante na contemporaneidade, as estruturas partidárias controlam a seleção dos parlamentares e, determinam em diferentes graus a probabilidade de os candidatos ocuparem uma cadeira no parlamento. Destacam-se ações que buscam promover a imagem e políticas do partido, tanto a nível local quanto nacional; (iv) “serviços ao eleitor” (*constituency service*): que são aquelas ações orientadas pelas demandas e interesses de cunho mais particularista dos eleitores do distrito e da base eleitoral potencial. A internet poderia ser utilizada para ajudar os parlamentares a identificarem as questões locais, assim como, para reforçar um sentimento de pertencimento à comunidade e à circunscrição.

Após essa breve apresentação dos trabalhos sobre a representação política e o uso da internet, caberia destacar algumas considerações teóricas sobre as variáveis independentes – variáveis institucionais que dizem respeito aos sistemas de governo, sistema eleitoral, subtipos de sistema

eleitoral e sistema partidário⁵. Um conceito central para este artigo é o da eficiência governamental ou do modelo de segredo eficiente desenvolvido por Cox (1987), que se refere à habilidade das eleições de oferecerem aos eleitores chances de identificarem e escolherem entre as diversas opções de governo. Os membros do Congresso buscam trazer a seus distritos, projetos, trabalhos e outros serviços com a esperança de serem reeleitos. Mas, até que ponto os sistemas políticos proporcionam aos eleitores clareza para o discernimento sobre as entregas de serviços públicos de forma que possam elaborar avaliações e responsabilizações a respeito de gestores e deputados por seus desempenhos?

A Inglaterra possui um sistema altamente eficiente, pois os votantes conseguem identificar as diferentes opções apresentadas na campanha eleitoral (dois partidos): trata-se de um sistema parlamentarista, bipartidário e com sistema eleitoral majoritário. Um sistema menos eficiente é aquele no qual a capacidade de identificar as opções é menor (SHUGART; CAREY, 1992). Tomemos, por exemplo, o que se denomina “governo dividido” em sistema presidencialista. Nestes casos, a aprovação da plataforma de governo do presidente pode vir a ser desconfigurada em decorrência da necessidade de aprovação no Congresso, ainda mais quando há oposição coesa e disciplinada. De acordo com a literatura, no que tange ao assunto: a) quanto ao sistema de governo, o parlamentarismo é mais eficiente do que o presidencialismo; b) quanto ao sistema partidário, o bipartidarismo seria mais eficiente do que multipartidarismo; c) quanto ao sistema eleitoral, o sistema majoritário estaria mais próximo do segredo eficiente do que o sistema proporcional; d) quanto ao tipo de lista para a escolha dos cargos, o tipo de lista fechada seria mais eficiente que o tipo de lista aberta.

5 Cabe esclarecer que, embora chamemos de variáveis independentes às dimensões institucionais, a nossa análise não contempla uma relação de causalidade, de impacto de uma variável sobre as outras. A presente pesquisa trabalha com a ideia de inter-relação das dimensões institucionais. Ou seja, as dimensões institucionais analisadas não produzem efeitos isolados, como bem explica Tavares (1998), “[...] Nenhum dos quatro elementos institucionais que integram funcionalmente o sistema real de governo - o sistema eleitoral, o sistema partidário, o sistema formal de governo e a forma, unitarista ou federativa do Estado - produz efeitos independentes e com abstração dos outros três aos quais se encontra intimamente articulado. Operando rigorosamente em combinação com os demais, cada um e todos produzem efeitos compósitos” (TAVARES, 1998, p. 44).

Por fim, as hipóteses a seguir possuem o intuito de relacionar as variáveis independentes com a representação que pode ser estabelecida entre os parlamentares e os constituintes, entendendo que a representação política pode ser captada através da ideia de “ênfases de representação política” de atuação através da internet.

HI: Sistemas parlamentaristas com eleições majoritárias para a escolha de cargos legislativos nacionais em distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários – nos quais, os partidos fornecem incentivos para a cooperação coletiva na arena legislativa – tendem a apresentar maior eficiência governamental. Portanto, espera-se que, num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase na posição do partido, assim como no fortalecimento do vínculo com o eleitor. E menos ênfase no desempenho do parlamentar na casa legislativa, assim como, em políticas localistas quando comparadas com outros sistemas políticos.

HII: Sistemas presidencialistas com eleições proporcionais de lista aberta para a escolha de cargos legislativos nacionais, com distritos eleitorais com maior magnitude e sistemas multipartidários – nos quais, os partidos centralizam os trabalhos legislativos através das lideranças partidárias – tendem a possuir uma maior representatividade. Portanto, espera-se que num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase no seu desempenho pessoal como parlamentar e/ou em políticas localistas. E menos ênfase na posição do partido, assim como no fortalecimento da relação com o eleitor.

H III: Sistemas parlamentaristas com eleições proporcionais de lista fechada para a escolha de cargos legislativos nacionais, com distritos eleitorais com maior magnitude e sistemas multipartidários – nos quais os partidos centralizam os trabalhos legislativos através das lideranças partidárias – tendem a possuir uma maior representatividade. Portanto, espera-se que num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com ênfase tanto na posição do partido e fortalecimento do vínculo com o eleitor quanto no desempenho pessoal ou em políticas localistas.

Na próxima seção, são explicitadas as técnicas de pesquisa e as questões que nortearam todo o processo de coleta e sistematização dos dados, assim como a relação de variáveis independentes e dependentes com as respectivas categorias.

3 Métodos e técnicas de pesquisa

Com relação aos países escolhidos, os critérios foram os seguintes: (i) que fossem democracias representativas, isto é, cumpririam os critérios de Dahl para a definição de poliarquia; (ii) que possuísem presença e ausência das categorias que constituem as variáveis com o fim de serem casos comparáveis; e (iii) que, em sua maioria, os parlamentares das casas legislativas nacionais possuísem *websites* ou *blogs*. Com relação ao universo empírico da pesquisa, trabalhou-se com uma amostra probabilística estratificada. Todos os parlamentares das três Câmaras de deputados, que possuíam as referidas ferramentas no exercício do mandato, tinham alguma chance de ser incluídas na amostra. Procuramos assegurar que a amostra de cada país fosse representativa do universo. Para tanto, dividimos o total de deputados dos três países conforme os seguintes estratos: partido político e sexo⁶. O Quadro 1, abaixo, apresenta a relação de países, dados do universo e da amostra.

Quadro 1: Relação de países, dados de universo e amostra

País	Nome da Câmara	Total de membros	Amostra	Anos de mandato	Site - Câmara dos Deputados	Legislatura
Inglaterra	House of Commons	650	198	5 anos	http://www.parliament.uk	2010-2015
Brasil	Câmara dos Deputados	513	194	4 anos	http://www2.camara.gov.br/	2010-2014
Bélgica	Chambre des Représentants	150	95	4 anos	http://www.dekamer.be/kvocr/index.cfm?language=fr	2010-2014

Fonte: Elaboração própria, a partir de *Inter-Parliamentary Union* (2015).

Consideramos como variáveis dependentes as ênfases de RP (Representação Política) criadas a partir de 49 variáveis passíveis de serem localizadas nos *websites* dos deputados⁷. O critério adotado para classificar cada uma das variáveis teve como objetivo duas questões. A primeira foi constatar

6 Com relação ao tamanho da amostra por país, optou-se por duzentos casos para Inglaterra e Brasil e, cem casos para Bélgica. O passo seguinte foi estabelecer como seria escolhido cada um dos casos conforme o partido e o sexo. Para isso, foi necessário determinar o número de casos por partido e por sexo e, também o salto necessário a ser feito para a escolha. Por exemplo, para um total de 15 deputados homens do partido democrata brasileiro, foram escolhidos oito deputados, e o salto para a escolha foi de dois deputados. O roteiro da fórmula foi o seguinte: 1) Total de homens/mulheres por partido que possui website * 100 / total geral; 2) Número anterior * 2 = número de casos a serem analisados e, por último 3) Averiguar o salto para obter a aleatoriedade. Total de homens do partido conservador / número de casos que irei analisar.

7 A análise foi realizada através da técnica qualitativa de “análise de conteúdo” com o intuito de mapear as dimensões em cada um dos sites analisados.

a presença de cada item nos sites e a segunda, testar a funcionalidade de cada uma das variáveis analisadas⁸. Cada ênfase específica da formulação das nossas hipóteses se compõe por entre nove e dezessete variáveis. Estas são detalhadas a continuação:

Ênfase 1 – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO: foram incluídas variáveis que se relacionam com conteúdo que evidencia a intenção de promover a legenda do partido político. Isto se dá através de mensagens, *links* ou imagens que vinculem o político ao agrupamento partidário ao qual pertence. Especificamente, pode ser efetivado nos *websites* através da presença das políticas e plataforma programática da agremiação, da imagem e as figuras mais importantes do partido e, também pelos *links* de contato com as páginas virtuais do diretório nacional, dentre alguns dos aspectos analisados. Ou seja, a presença de informações e de recursos que explicitem e reforcem os vínculos entre o político e o agrupamento político-partidário (LILLEKER; JACKSON, 2009)⁹.

Ênfase 2 – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR: mecanismos presentes nos *websites* dos deputados que permitem criar um relacionamento mais estreito entre os eleitores e seus representantes. Desta forma, espera-se que o parlamentar viabilize algum conteúdo que permita identificar os pontos de vista do eleitorado. Segundo Norton (2007), os parlamentares que visam este tipo de ação em seus *websites* provavelmente procuram incrementar o apoio popular através da estratégia de permitir aos cidadãos uma percepção de maior participação no processo político e na ação dos representantes, contornando os obstáculos institucionais ou aqueles interpostos pelas organizações partidárias para um contato mais direto e informal entre ambos. Além disso, viabilizam-se mecanismos que ofereçam informação apurada a fim de que os eleitores tenham mais controle sobre a atividade dos representantes. A partir da

8 As categorias de nossas 49 variáveis foram 1: Não existe informação ou link [ausência total de informação ou link no site]; 2: Informação ou link insatisfatório [há o link, porém não funciona]; 3: Informação ou link incompleto [há o link, porém é incompleto, ou seja, falta informação]; 4: Existe informação ou link insatisfatório [existe, porém não é visível] ; 5: Existe informação ou link [o item funciona e é completo e satisfatório].

9 As variáveis foram: Formulário para contato por e-mail/fale conosco?; Informa funcionários do gabinete?; Informação sobre ajuda ao eleitor; Há destaque para perguntas frequentes sobre o atividade parlamentar?; Informa gastos da atividade parlamentar; Instrumentos para identificar o que pensam os eleitores sobre determinadas questões; Enquete sobre temas diversos; Há resultado das enquetes?; Há destaque para notícias sobre o local onde foi eleito; Informação geral sobre o constituency; Há mapa do Constituency?

análise de algumas das características dos *websites* procuramos averiguar especificamente se os deputados disponibilizam questionários, *surveys*, enquetes etc., ou seja, saber se o parlamentar tem a preocupação de ter acesso à posição de seus eleitores para assim responder seus anseios de forma adequada. Questões que dizem respeito aos gastos parlamentares, funcionários e informação sobre o local onde foi eleito, também foram consideradas ¹⁰.

Ênfase 3 – DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR: comportamento dos deputados que evidencia o intuito de solucionar os problemas dos eleitores de forma individual, evidenciando o caráter direto da sua atuação. Os deputados procuram averiguar as demandas de cunho particularista e, a partir de tais demandas tentarem solucionar ou atuar em prol dessas exigências. A conduta orientada por esse modelo prioriza o contato com o eleitor de forma individual e a construção do voto pessoal é desvinculada, muitas vezes, das posições partidárias. Incluímos variáveis que dizem respeito a notícias, fotos e conteúdo que se orientem com políticas de baixo poder alocativo, endereçadas à base eleitoral ou aos eleitores, bem como notícias ou fotos de reuniões, comícios promovidos e serviços providenciados pelo político, dentre outros aspectos¹¹.

Ênfase 4 - DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: conteúdos e mecanismos que priorizem o reforço dos atributos pessoais dos deputados. O objetivo é fortalecer a reputação pessoal e profissional a fim de se distinguir, por um lado, dos colegas do partido e, por outro, dos deputados que integram o parlamento. O desempenho pessoal pode ser avaliado quando um deputado através do website promove de todas as formas possíveis, a biografia e história de vida, com destaque para a trajetória pessoal e política, e as questões que

10 As variáveis foram: Há políticas de baixo poder alocativo endereçadas à base eleitoral ou aos eleitores; Obras providenciadas pelos políticos para seu reduto eleitoral; Recursos obtidos a serem utilizados; Fotos do político inaugurando infraestrutura; Ênfase na capacidade do candidato de transferir recursos ou obras, agindo como "despachante de luxo?"; Notícias ou fotos de reuniões e comícios promovidos pelo político; Destaque para fotos ou notícias de visitas a bairros ou à base eleitoral?; O nome do político é maior do que a legenda do partido e de outros símbolos, se sobrepondo a eles?; Serviços providenciados particularista para o eleitor.

11 As variáveis foram: Há políticas de baixo poder alocativo endereçadas à base eleitoral ou aos eleitores; Obras providenciadas pelos políticos para seu reduto eleitoral; Recursos obtidos a serem utilizados; Fotos do político inaugurando infraestrutura; Ênfase na capacidade do candidato de transferir recursos ou obras, agindo como "despachante de luxo?"; Notícias ou fotos de reuniões e comícios promovidos pelo político; Destaque para fotos ou notícias de visitas a bairros ou à base eleitoral?; O nome do político é maior do que a legenda do partido e de outros símbolos, se sobrepondo a eles?; Serviços providenciados particularista para o eleitor.

dizem respeito ao acionar do político na casa legislativa. Dentre estes, citamos os projetos de lei apresentados, projetos de lei aprovados, presença em plenário, discursos na casa, votações em plenário, além de outros aspectos.¹²

4 Resultados e Discussão

Antes de proceder à análise dos dados, apresentaremos algumas características da amostra de nossa pesquisa, tais como sexo, ideologia partidária e uso de mídias sociais. Como pode ser verificado pela tabela 1, a seguir, a Bélgica traz a maior porcentagem de mulheres com *websites/blogs*. Por outro lado, Brasil apresenta a menor porcentagem de mulheres eleitas com *websites/blogs*. Assim, a maior disparidade de relação entre homens e mulheres é encontrada no Brasil, seguido da Inglaterra e, por último, da Bélgica. Segundo a *Inter-Parliamentary Union*, para as legislaturas em estudo, a participação feminina nos cargos legislativos brasileiros (deputado federal e senador) é uma das mais baixas da América do Sul, ocupando a posição 131°. A Inglaterra ocupa a posição 63° e a Bélgica, a posição 13°.

Tabela 1: Sexo dos parlamentares, por país

País	Masculino		Feminino		Total	Legislatura
	N	%	N	%	N	%
Bélgica	54	56,8	41	43,2	95	100
Brasil	180	92,8	14	7,2	194	100
Inglaterra	153	77,3	45	22,7	198	100
	387	79,5	100	20,5	487	100

Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

A tabela 2 apresenta a distribuição do espectro ideológico partidário por país¹³. A Bélgica possui quase 59% de parlamentares de partidos de direita.

12 As variáveis foram: Biografia/história de vida; Currículo com trajetória política; Projetos de lei apresentados; Projetos de lei aprovados; Presença em Plenário; Discursos na Casa; Votações em Plenário; Destaque para Comissões; Destaque da frente parlamentar; Vídeos de discursos em plenário; Agenda do parlamentar; Artigos do parlamentar; Fotos em destaque com políticos do partido; Áudios do parlamentar; Relatorias/ Moções do parlamentar; Releases e notícias atualizadas sobre o político; Notícias do parlamentar na imprensa.

13 O objetivo de tal tipologia foi estabelecer uma classificação que permitisse a comparação entre os países. Para o caso brasileiro optamos pela classificação utilizada por alguns analistas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; RODRIGUES, 2006; CARREIRÃO, 2006). Para os partidos da Bélgica e da Inglaterra, optamos por pesquisar as plataformas partidárias e, nesse sentido incluímos a categorização manifestada nesses documentos oficiais. No entanto, houve certa dificuldade em classificar alguns partidos, portanto, decidimos categorizá-los como indefinidos.

A formação do gabinete na Bélgica na eleição de 2010 foi muito negociada; de fato houve um impasse político de um ano e meio, tempo no qual funcionou um governo interino. Embora o partido separatista flamengo N-VA obtivesse a maior votação no último pleito, a coalizão de governo reuniu partidos de espectro de direita, centro e socialista das regiões francesa e flamenga do país. A forte presença de partidos de direita na casa de representantes relaciona-se com a formação desta coalizão¹⁴. No Brasil, a distribuição de parlamentares entre “esquerda”, “centro” e “direita” não é tão dispar, embora deputados de partidos de esquerda somem quase 37% em nossa amostra. Na Inglaterra, a diferença entre partidos de “esquerda” e de “direita” é em torno de 10%. Cabe lembrar que, nas eleições de 2010, na Inglaterra, o partido vencedor foi *Conservative*, por este motivo a relação de mais parlamentares de direita.

Tabela 2: Ideologia partidária por país

País	Esquerda		Centro		Direita		Indefinido		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	21	22,1	9	9,5	56	58,9	9	9,5	95	100
Brasil	73	37,6	48	24,7	52	26,8	21	10,8	194	100
Inglaterra	79	39,9	21	10,6	98	49,5	0	0	198	100
Total	173	35,5	78	16,0	206	42,3	30	6,2	487	100

Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

E, por último, a tabela 3 apresenta o uso das mídias sociais pelos parlamentares de cada país. A mídia social mais utilizada pelos deputados foi o *Twitter* (80,9%), seguida pelo *Facebook* (79,9%). O *LinkedIn* foi a mídia que menos usavam os parlamentares (12,3%). Em termos gerais, as mídias mais utilizadas pelos parlamentares são as mais utilizadas pelos internautas, as mais “populares”. Por outro lado, o *LinkedIn* é mais direcionado a um público específico, relacionado ao mundo do trabalho, e este é, possivelmente, um dos motivos para sua escassa utilização. Os parlamentares brasileiros usam mais as mídias sociais, se comparados com Bélgica e Inglaterra.

14 A Bélgica é dividida em duas comunidades geográficas e linguísticas, o norte é chamado de “Flandres”, onde se fala holandês e, o sul “Valônia”, onde se fala francês. Historicamente, as duas regiões têm disputado a primazia econômica e política, principalmente, através de movimentos separatistas.

Tabela 3: Uso de mídias sociais por país

Mídias sociais em geral	Bélgica		Brasil		Inglaterra		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Facebook	86	90,5	185	95,4	118	59,6	389	79,9
Twitter	61	64,2	180	92,8	153	77,3	394	80,9
Canal de Youtube	13	13,7	156	80,4	27	13,6	196	40,2
Flick	10	10,5	106	54,6	24	12,1	140	28,7
Linkedin	39	41,1	13	6,7	8	4,0	60	12,3

Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

Após esta descrição dos dados da nossa amostra, cabe mencionar que para análise dos dados empregamos duas técnicas estatísticas multivariadas, que possibilitam estudar o comportamento de diversas variáveis de maneira simultânea.¹⁵

Tabela 4: Eigenvalues e Variância Acumulada

Componente	Initial eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% variância	% acumulado	Total	% variância	% acumulado
1	4,223	35,193	35,193	4,223	35,193	35,193
2	2,532	21,100	56,293	2,532	21,100	56,293
3	1,420	11,832	68,125	1,420	11,832	68,125
4	1,266	10,552	78,677	1,266	10,552	78,677
5	,619	5,161	83,838			
6	,579	4,824	88,662			
7	,504	4,201	92,863			
8	,445	3,707	96,571			
9	,187	1,559	98,130			
10	,099	,829	98,958			
11	,085	,712	99,671			
12	,040	,329	100,000			

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Rotação Varimax com normalização Kaiser.

Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

Em uma primeira etapa, foi realizada a análise fatorial e, posteriormente, a análise de componentes principais. Como pode ser verificável na tabela acima (Tabela 4), a análise fatorial resultou na redução de 49 variáveis em 12 variáveis

15 Conforme Hair et al. (2009) “[...] o caráter multivariado reside nas múltiplas variáveis estatísticas (combinação múltiplas de variáveis), e não somente no número de variáveis ou observações” (HAIR et al. 2009, p.23).

agrupadas em 4 fatores.¹⁶ Em conjunto, esses quatro valores explicam 79% da variância das variáveis originais, sendo um valor robusto conforme Hair *et al.* (2009)¹⁷. E, na sequência, a Tabela 5 apresenta os fatores e suas variáveis.

Tabela 5: Matriz Rotacionada (Varimax)

Variável	Componentes			
	1	2	3	4
V91 (Políticas poder alocativo)	,770	-,022	-,092	-,079
V92 (Infraestrutura constituency)	,948	,037	-,115	-,010
V93 (Recursos constituency)	,941	,043	-,129	,025
V94 (Fotos político inaugurando infraestrutura)	,752	,023	-,007	,001
V95 (Ênfase transferência de recursos)	,944	,047	-,122	,011
V108 (Destaque para as comissões)	,062	,086	-,222	,806
V115 (Relatorias/Moções)	-,102	,090	,128	,839
V66 (Legenda do partido/página inicial)	,070	,924	-,163	,049
V68 (Logo do partido)	,050	,907	-,167	,066
V69 (Link para o site nacional do partido)	-,025	,745	,035	,084
V81 (Informação sobre ajuda ao eleitor)	-,161	-,133	,921	-,070
V82 (Perguntas sobre a atividade do deputado)	-,128	-,110	,925	-,013

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Rotação Varimax com normalização Kaiser. Rotação 4 fatores. Fonte: Nicolas e Veiga (2015).

A análise fatorial permitiu reduzir um conjunto de 49 variáveis em 12 variáveis agrupadas em 4 fatores. Além da verificação das variáveis que compõem cada um dos fatores, o teste elabora para cada fator um índice que varia conforme a distribuição do fator. Estes índices foram utilizados no próximo teste. Nesse sentido, foi possível testar nossa hipótese da existência de ênfases de representação política viabilizados pelos deputados em seus *websites*. As elites das diferentes casas legislativas não se comportam de maneira homogênea na *web*. Isto é, apresentam ênfases de RP diversas.

16 O processo de definição e interpretação dos fatores foi pautado a partir das recomendações de Hair *et al.* (2009). A definição dos quatro fatores envolveu em torno de 10 tentativas de construção dos fatores, com o intuito de adequar a análise às regras práticas orientadas pelos autores. Embora, o julgamento final sobre a decisão da composição dos fatores foi por conta da nossa autoria. Como bem exemplifica Hair *et al.* “O pesquisador deve considerar uma vasta gama de questões o tempo todo, nunca perdendo de vista a meta final de definir a melhor estrutura do conjunto de variáveis” (HAIR *et al.*, 2009, p. 123). O critério recomenda que devam ser extraídos unicamente os valores acima de um (regra do eigenvalue). Caso o fator a presente um valor abaixo de um, ou seja, um eigenvalue baixo corresponde que ele está contribuindo muito pouco para explicar a variância nas variáveis originais (FIGUEIREDO; SILVA, 2009).

17 Foi verificado que as comunalidades, que indicam a proporção da variância para cada variável incluída na análise, cumprem o mínimo aceitável de 0,50. Conforme Hair *et al.* 2009, sugere-se um valor de 0,50 para a variável ser aceita no modelo.

4.1 Teste de componentes principais

O teste de componentes principais permite comparar as categorias das variáveis conjuntamente. Através do gráfico de distribuição de pontos é possível verificar a localização dos resultados. Nesse sentido, quanto mais próximas as categorias das diferentes variáveis, mais estas se localizam em conjunto nos objetos mapeados.

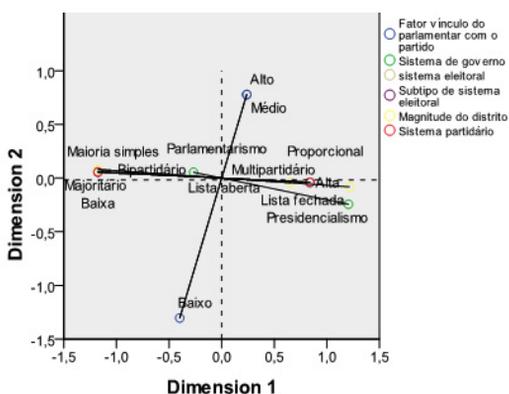
As variáveis institucionais foram condensadas em um índice que, por sua vez passou a ser tratado como uma variável ordinal. O índice é “*eficiência e representatividade no sistema*”, que inclui as seguintes variáveis: sistema de governo = parlamentarismo (valor 0) e presidencialismo (valor 1); sistema eleitoral = majoritário (valor 0) e proporcional (valor 1); magnitude do distrito = baixa (valor 0) e alta (valor 1); subtipo de sistema eleitoral = maioria simples (valor 1), de lista fechada (valor 2) e lista aberta (valor 3) e, por fim, sistema partidário = bipartidário (valor 0) e multipartidário (valor 1). Foi categorizado como: “*predomínio da eficiência no sistema (pes)*” (índice que soma valor 1); “ausência de predomínio”, (ap) (índice que soma valor 5) e “*predomínio da representatividade*” (pr) (índice que soma valor 7). De acordo com nossas hipóteses, o “*predomínio da eficiência*” foi encontrado na Inglaterra, a “ausência do predomínio” na Bélgica e, “predomínio da representatividade” no Brasil. As variáveis dependentes constituem os quatro fatores de representação política que, foram obtidos a partir da análise fatorial: *Fator 1: vínculo do parlamentar com o partido* com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença). *Fator 2: vínculo do parlamentar com o eleitor* com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); *Fator 3: desempenho do parlamentar na câmara de deputados* com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); *Fator 4: desempenho localista do parlamentar* com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

4.1.1 Teste de Componentes Principais: “fator vínculo do parlamentar com o partido” e variável “eficiência e representatividade no sistema

Iremos testar parte de nossa primeira hipótese: sistemas políticos que combinam - eleição majoritária, maioria simples, distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários – que aqui se encaixam na categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)”, espera-se que o parlamentar difunda

através de seu *website* um modelo de representação com mais ênfase em seu vínculo com o partido. Podemos esperar que a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)” da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator vínculo do parlamentar com o partido. O Gráfico 1 apresenta a relação entre as categorias através do gráfico de pontos com o intuito de visualizar a distribuição dos casos¹⁸.

Gráfico 1: Eficiência e Representatividade no Sistema e Fator Vínculo do Parlamentar com o Partido



Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

Percebe-se, pelo Gráfico 1, que a categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o partido” encontra-se afastada do modelo e não se aproxima de nenhuma outra categoria. Por outro lado, as categorias “médio” e “alto” do fator estão próximas e, também, próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude” e “bipartidário”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap), tendem a estar mais próximas no quadrante positivo da dimensão 2. Isto significa que os casos estão todos muito próximos. Conclui-se assim que: (i) a nossa hipótese inicial não se confirma no sentido de

18 Cabe esclarecer que, para todos os testes de componentes principais, foram feitos outros procedimentos complementares, tais como Alfa de Cronbach e correlação de variáveis, sumarização das estatísticas do modelo e distribuição de pontos, mas, por carência de espaço não foram apresentados neste capítulo.

esperar que o conjunto de categorias que dizem respeito ao “predomínio da eficiência do sistema” estivessem próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”; (ii) da mesma forma, não se verifica a aproximação espacial entre categorias que representam “predomínio da representatividade do sistema” e a categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”; (iii) Chama a atenção, contudo, que aquelas categorias que representam a “ausência de predomínio”, estejam muito próximas da categoria “médio” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”, confirmando assim parcialmente a nossa hipótese inicial. Ou seja, o “predomínio da eficiência”, que foi encontrado na Inglaterra, não esteve associado a mais vínculo do parlamentar com o seu partido no *website*, o “predomínio da representatividade” do Brasil não esteve vinculado a menos vínculo do parlamentar com o seu partido no site, contudo, a “ausência do predomínio” na Bélgica implica um comportamento médio (presença mais não visível) de recursos partidários nos *websites* pelos parlamentares. Aliás, diga-se, os três países apresentam uma proximidade similar com relação ao fator “vínculo do parlamentar com o partido”.

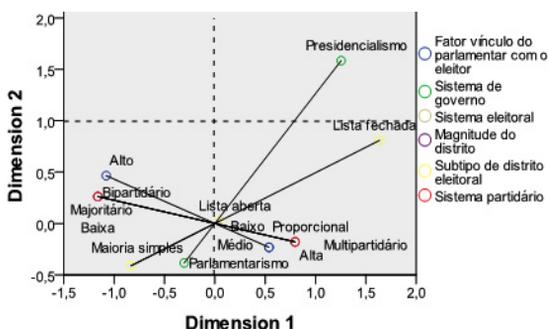
4.1.2 Teste de Componentes Principais: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” e variável “eficiência e representatividade no sistema”

Iremos testar a outra parte de nossa primeira hipótese, de acordo com a qual sistemas políticos que combinam - eleição majoritária, maioria simples, distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários, aspectos que aqui se encaixam na categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)”. Espera-se que o parlamentar difunda, através de seu *website*, um modelo de representação com mais ênfase em seu vínculo com o eleitor. Ou seja, para essa análise, podemos esperar que, a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)”, da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”.

O Gráfico 2 abaixo, apresenta a relação entre as categorias através do gráfico de pontos com o intuito de visualizar a distribuição dos casos. Com efeito, como se constata por ele, as categorias “alto”, “médio” e “baixo do fator encontram-se próximas do modelo, próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais,

percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude”, “bipartidário”, “parlamentarismo”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Por outro lado, as categorias que mais se afastam são “presidencialismo” e “lista fechada”, que dizem respeito à categoria de “predomínio da representatividade” (pr). Percebe-se, ainda, que as categorias: “proporcional”, “lista aberta”, “magnitude alta”, “multipartidário”, que dizem respeito à categoria de “predomínio da representatividade”, se encontram próximas da categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Pode se concluir que: (i) nossa expectativa inicial de que a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)” da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, foi atingida. Ou seja, conforme nossa hipótese, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, portanto, é aqui onde foi possível encontrar mais presença do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” (ii), Da mesma forma, conforme nossa hipótese, as categorias sistema proporcional, lista aberta, alta magnitude e multipartidarismo da variável “predomínio da representatividade”(rp) se aproximam da categoria baixo do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”; seria esse o caso verificado no Brasil; e, (iii) no modelo e “ausência de predomínio” (ap) que corresponde a Bélgica as categorias parlamentarismo, sistema proporcional, lista fechada, multipartidarismo se aproximam das categorias “média” do fator; o que implica em comportamento médio (presença mais não visível) de vínculo do parlamentar com o eleitor.

Gráfico 2: Eficiência e Representatividade no Sistema e Fator Vínculo do Parlamentar com o Eleitor



Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

4.1.3 Teste de Componentes Principais: “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” e variáveis “eficiência e representatividade no sistema”

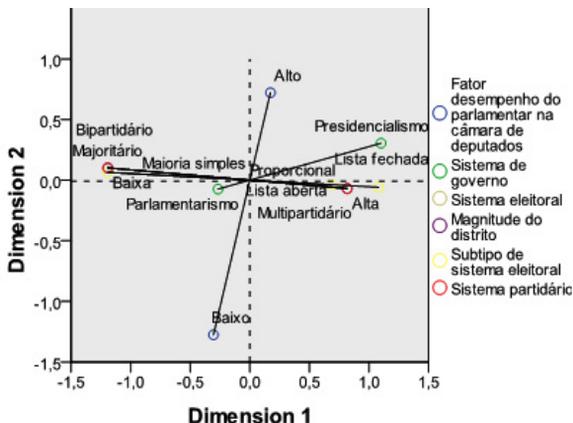
Iremos testar uma parte de nossa segunda hipótese. De acordo com esta, sistemas políticos que combinam – sistema proporcional, lista aberta, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários – que aqui se encaixam na categoria “predomínio da representatividade (pr)”, espera-se que o parlamentar difunda através de seu *website* um modelo de representação com mais ênfase em seu desempenho parlamentar na Câmara dos Deputados.

Percebe-se, pelo Gráfico 3, abaixo, que a categoria “baixo” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” encontra-se afastada do modelo e não se aproxima de nenhuma outra categoria. Por outro lado, as categorias “médio” e “alto” do fator estão próximas e, também próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude”, “bipartidário” e “parlamentarismo”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap), tendem a estar mais próximas no quadrante positivo da dimensão 1.

Portanto, conclui-se que: (i) a nossa expectativa inicial se confirma em parte, ao esperar que o conjunto de categorias que dizem respeito ao “predomínio da representatividade” (pr) estariam próximas da categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara os deputados”. Em parte também, porque foram encontrados casos do conjunto de categorias do “predomínio da representatividade” (pr) próximos da categoria “médio”, e, da mesma forma, foi possível encontrar casos do conjunto de categorias que dizem respeito à “ausência de predomínio” (ap); (ii) o conjunto de casos que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência do sistema”, que foi encontrado na Inglaterra, se encontra mais afastada do modelo no quadrante negativo da dimensão 2; (iii) conclui-se que o “predomínio da representatividade” do Brasil esteve vinculado a mais presença do “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”, no entanto, o conjunto de casos da “ausência do predomínio”, que diz respeito a Bélgica também se encontra vinculado a mais presença do

“desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”. Aliás, diga-se, os dois países apresentam uma proximidade similar com relação ao fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

Gráfico 3: Eficiência e Representatividade no Sistema x Fator Desempenho do Parlamentar na Câmara dos Deputados



Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

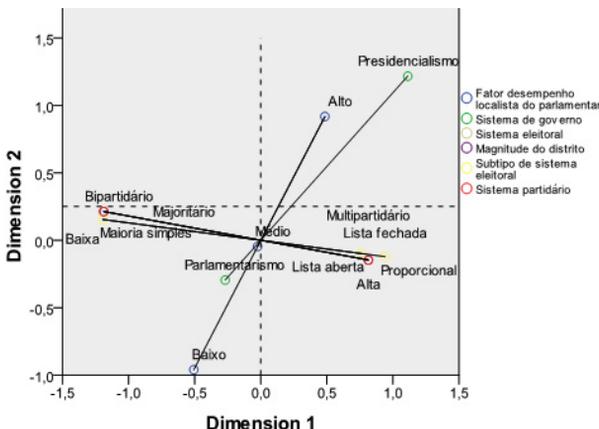
4.1.4 Teste de Componentes Principais: “desempenho localista do parlamentar” e variáveis “eficiência e representatividade no sistema”

Iremos testar outra parte de nossa segunda hipótese. De acordo com esta, sistemas políticos que combinam – sistema proporcional, lista aberta, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários –, que aqui se encaixam na categoria “predomínio da representatividade (pr)”, espera-se que o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase em seu desempenho localista. Podemos esperar que a categoria “predomínio da representatividade” (pr) da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”. Pelo Gráfico 4 de distribuição de pontos percebe-se que na dimensão 1 é onde se encontram as maiores correlações entre as variáveis, como apontado pelo coeficiente de Alfa de Cronbach. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude” e

“bipartidário”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas entre si e todas no mesmo quadrante da categoria “baixo” do fator “vínculo localista do parlamentar”. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap) tendem a estar mais próximas da categoria “médio” do fator “vínculo localista do parlamentar”. No entanto, uma das categorias que pertence ao “predomínio da representatividade” (pr) se afasta do conjunto, a saber, “presidencialismo”. De fato, na variável “sistema de governo” foi onde se encontrou a maior associação (-,409) com o fator “vínculo localista do parlamentar”.

É a partir dessas informações visuais que conseguimos concluir que: (i) a nossa hipótese em parte foi cumprida, pois a categoria “presidencialismo” está puxando os casos pertencentes à categoria “predomínio da representatividade” (pr) para a categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”; (ii) da mesma forma, verifica-se a aproximação espacial entre categorias que representam “predomínio da representatividade do sistema” e as categorias que representam a “ausência de predomínio”; (iii) que vale dizer que o “predomínio da representatividade” que foi encontrado no Brasil esteve associado a mais “desempenho localista do parlamentar” no *website* do que o “predomínio da eficiência do sistema” e a “ausência de predominância”.

Gráfico 4: Eficiência e Representatividade no Sistema x Fator Desempenho Localista do Parlamentar



Fonte: Nicolás e Veiga (2015).

5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi investigar de que forma as características institucionais – sistema de governo, sistema eleitoral, subtipo de sistema eleitoral, magnitude do distrito e sistema partidário – dos países estão associadas à veiculação de conteúdo pelos parlamentares na internet. Através da análise fatorial permitiu-se reduzir um conjunto de 49 variáveis em 12 variáveis agrupadas em quatro fatores, isto é, permitiu-se verificar em que medida algumas variáveis foram representativas das dimensões mapeadas. Além disso, foi possível testar nossa hipótese da existência de ênfases de representação política viabilizadas pelos deputados em seus *websites*.

As elites das diferentes casas legislativas não se comportam de maneira homogênea na *web*. Isto é, apresentam ênfases de RP diversas, seja com uma nítida orientação para (i) fortalecer o vínculo com o partido pelo qual foram eleitos; (ii) fortalecer o vínculo com o eleitor enquanto o mandato é exercido; (iii) destacar o desempenho enquanto parlamentar na câmara; ou (iv) apresentar uma orientação de tipo localista, isto é, mais particularista direcionada aos eleitores do distrito. O alicerce da relação de representação é o consentimento que dá autoridade aos representantes para agir em nome dos cidadãos. No entanto, esta relação formal não se sustenta simplesmente por este fato, ou seja, resulta fundamental perceber o conteúdo daquilo que está sendo representado, na medida em que permeia a relação estabelecida entre representantes e representados. Ao longo do mandato, os parlamentares podem desenvolver diversas ênfases de RP. A tomada de decisão dos representantes, embora carregue os interesses dos grupos e das classes presentes na sociedade, muitas vezes abrange ações sem o correspondente aval dos representados.

A segunda técnica utilizada, o teste de componentes principais, permitiu medir o grau de associação entre cada uma das ênfases de RP com as variáveis institucionais. A primeira hipótese apontava encontrar mais ênfase de “vínculo do parlamentar com o partido” na categoria “predomínio de eficiência no sistema”, o que segundo nossa hipótese seria encontrada na Inglaterra. O teste apontou ainda que os três países se encontraram muito próximos um do outro. Nesse sentido, embora a Inglaterra possua associação com esse fator, se comparado com Brasil e Bélgica, não apresenta uma ênfase maior. Ou seja, as

variáveis institucionais estão associadas com o fator nos três casos. Para o caso brasileiro, conforme a teoria partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995), a distribuição interna de forças no parlamento orienta a repartição de poder. E são os partidos, através de suas lideranças, os encarregados dessa missão. No presidencialismo de coalizão, as lideranças partidárias detêm a distribuição dos integrantes das comissões e, na maioria das vezes, a presidência da casa é obtida pela maior bancada. Nesse sentido, provavelmente, esse seja um dos motivos de termos encontrado uma ênfase de destaque do “vínculo do parlamentar com o partido” no Brasil. Com relação aos parlamentares da Bélgica, o sistema multipartidário é um dos mais fragmentados da Europa. As clivagens linguísticas e regionais dividem o país, sendo a partir de 1970 a clivagem partidária mais proeminente (HOUGH; JEFFERY, 2006). Este cenário possivelmente contribuiu para a existência de uma ligação dos parlamentares com os partidos, principalmente através de logo, legenda e *link* para o partido nacional. Cabe trazer à tona que as organizações partidárias, na maioria das democracias representativas ocidentais, continuam sendo o elo de mediação entre as diversas clivagens da sociedade e os encarregados pelo exercício do poder político.

Ainda conforme nossa primeira hipótese, esperava-se encontrar na categoria “predomínio de eficiência no sistema”, que foi encontrado na Inglaterra, uma associação maior com o fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Neste ponto, foi possível verificar nossa expectativa. Informações que dizem respeito às atividades dos deputados e às diversas formas de “ajuda ao eleitor” tiveram mais associação com os parlamentares ingleses. Estas dimensões, por um lado, podem contribuir com a ideia de que o parlamentar está “trabalhando” para seus constituintes e, por outro lado, dissemina a noção de que o representante cria formas e mecanismos para se aproximar do eleitorado (LILLEKER; KOC-MICHALSKA, 2013). No geral, umas das vantagens que se discute sobre o sistema majoritário é a possibilidade de o sistema criar uma relação mais direta entre os representantes e seus eleitores. De fato, o tipo de escolha que favorece essa questão é a adoção de distritos uninominais. Eleger apenas um nome por distrito permite, em termos gerais, a possibilidade de os eleitores identificarem seu representante, entrarem em contato e solicitarem sua intervenção em questões de políticas públicas da região.

No tocante a uma parte da nossa segunda hipótese, a expectativa era encontrar mais ênfase no fator de “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” na categoria “predomínio da representatividade”, encontrada no Brasil. Nesse sentido, constatou-se que o Brasil e a Bélgica se encontravam mais próximos deste fator do que a Inglaterra. Para o caso do Brasil, no sistema de lista aberta são os eleitores que definem os políticos que serão eleitos. Cada partido apresenta uma lista de candidatos que não possui uma ordem pré-estabelecida pelo partido e o eleitor vota em um dos nomes. Logo, são somados os votos dos candidatos da lista do partido para se estabelecer o número de cadeiras que serão ocupadas (NICOLAU, 2004).

Cabe destacar que o sistema brasileiro possui a singularidade da formação de uma única lista de candidatos por coligação. Nesse sentido, os candidatos mais votados da coligação conquistarão as cadeiras, ou seja, independentemente do partido ao qual pertencem. Geralmente, uma das questões que é mencionada sobre esse tipo de sistema é que os partidos possuem fortes incentivos para atrair “puxadores de voto”, isto porque a bancada final dependerá da somatória de votos. Para o caso da Bélgica, o sistema eleitoral é proporcional e está integrado por 11 distritos, elegendo no menor distrito quatro deputados e, no maior, 24. Os partidos apresentam uma lista de candidatos, em que cabe aos eleitores ou bem votar na lista pré-estabelecida, ou opcionalmente por um candidato. Esta questão poderia incentivar os parlamentares a investirem na sua reputação pessoal e trajetória política. Principalmente, para se diferenciarem dos colegas do mesmo partido.

No entanto, como explicita Nicolau (2004) raramente há uma alteração na ordem dos candidatos, e uma porcentagem muito pequena de deputados tem se elegido graças ao voto preferencial. Pode-se concluir que, tanto para os parlamentares do Brasil, quanto para os parlamentares da Bélgica, a ênfase do “desempenho do parlamentares na Câmara” relaciona-se com informações das “comissões”, das diversas relatorias, de pareceres, de interpeleções e outros documentos que os parlamentares realizam no marco das diversas temáticas de políticas públicas. Em última instância, estas informações relacionam-se com o objetivo de fortalecer a reputação pessoal e profissional; a prioridade é se destacar, em primeiro lugar, dos colegas do partido e, por outro lado, dos outros integrantes do parlamento.

Conforme a outra parte da nossa segunda hipótese, a expectativa era encontrar mais ênfase no fator “desempenho localista do parlamentar” na categoria “predomínio da representatividade” que, segundo nossa hipótese foi encontrada no Brasil. O teste detectou que há *websites* do Brasil que tendem a possuir uma proximidade maior com esta ênfase de representação política do que nos outros países. Este tipo de ênfase de RP se caracteriza por um comportamento dos deputados que evidencia o intuito de solucionar os problemas dos eleitores de forma individual, demonstrando o caráter direto da sua atuação. Segundo a corrente distributivista, o sistema eleitoral brasileiro reforça o comportamento individualista dos políticos e, nesse sentido, uma preponderância de atuação voltada à esfera local e estadual (MAINWARING, 1990). Os políticos se valem dos recursos e das práticas clientelistas para a obtenção de votos, e este cenário tem contribuído para minar as perspectivas da construção de partidos políticos fortes.

Ames (1995) destaca que as características do sistema eleitoral propiciam um comportamento particularista pelos deputados federais. Os parlamentares perseguem políticas de tipo “*pork-barrel*” para as bases eleitorais. No entanto, a corrente partidária de estudos do legislativo defende a visão que tais incentivos institucionais seriam neutralizados pelas regras existentes no Congresso, que incentivam um comportamento disciplinado dos partidos por conta da centralidade do papel das lideranças partidárias.

Nesse sentido, a partir destes resultados pode-se inferir que, conforme a nossa hipótese, o desenho institucional estaria associado a uma preponderância da ênfase distributivista na relação de representação dos parlamentares brasileiros. No entanto, há alguns instrumentos internos no Congresso que atuam como empecilhos desse tipo de comportamento. O que este trabalho mostra é que convivem dois tipos de comportamento no que se refere ao uso da internet: distributivista e partidário. Esses tipos de comportamento já foram mapeados em estudos que tiveram como foco outras perspectivas, assim como o trabalho sobre “conexão eleitoral” de Carvalho (2003), que relaciona o comportamento dos parlamentares com o tipo de votação.

Outras conclusões dizem respeito ao comportamento dos parlamentares da Bélgica. A terceira hipótese apontava para um tipo de ênfase que

incluísse elementos tanto orientados para um fortalecimento do vínculo com o eleitor e o partido, quanto referido ao desempenho dos parlamentares e uma orientação localista. O sistema político da Bélgica combina, por um lado, um sistema parlamentarista e, por outro, um sistema proporcional com uma ampla gama de partidos políticos. Nesse sentido, esperávamos encontrar ênfases que incluíssem tanto o predomínio da eficiência e da representatividade. Os dados apontaram para uma ênfase “partidária” e de “desempenho parlamentar”, portanto, pode-se concluir que a tendência foi confirmada, o peso do partido possivelmente esteja conectado com o tipo de lista, que, em termos práticos, impera no país. A relação dos candidatos que integrarão a lista recai sobre o partido, e nesse sentido a relação do parlamentar com o partido acaba de reforçando.

Referências

- AMES, Barry. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n° 2, p. 406-433, 1995.
- BRAGA, Sérgio; CRUZ, Letícia. As tecnologias digitais e o mandato dos representantes: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16ª legislatura (2007-2011). In: SILVEIRA, Sérgio A.; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Claudio (Org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BRAGHIROLI, Stefano. MEPs 2.0? Europarliamentarians' Communication Strategies in the Internet Era: General Developments and Individual Specificities. In: *Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research*, 2009, Lisboa. Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research. Essex: ECPR, 2009.
- CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation: Reconceptualising representation in the digital age. *New Media and Society*, v. 7, n° 2, p. 177-198, 2005.
- COLEMAN, Stephen; BLUMLER, Jay. *The internet and democratic citizenship – theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

COLEMAN, Stephan; SPILLER, Josephine. Exploring new media effects on representative democracy, *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n° 3, p. 1-16, 2003.

COX, Gary. *The Efficient Secret - The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

HAIR, Joseph, Jr.; BLACK, William; BABIN, Barry; ANDERSON, Rolph; TATHAM, Ronald. *Análise multivariada de dados - 6ed*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

HOUGH, Dan; JEFFERY, Charlei. *Devolution and Electoral Politics*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

JACKSON, Nigel. MPs in the Internet Era – The Impact of E-newsletters. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 12, n° 2, June 2006, p 223-242, 2006.

KARLSSON, Martin. Interactivity as a strategy for political representation – A conceptual discussion and empirical illustrations among political bloggers. *Anais IPISA/ECPR conference, Whatever happened to North-South?* University of Sao Paulo, Brazil, 2011.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. *Parliamentary Affairs*, Oxford, v. 60, n° 4, 2007.

LILLEKER, Darren; JACKSON, Nigel. Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of a MP? Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research*. Essex: ECPR, 2009.

LILLEKER, Darren; KOC-MICHALSKA, Karolina. Online political communication strategies: MEPs e-representation and self-representation. *Journal of Information Technology and Politics*, v.10, n° 2, p.190-207, 2013.

LUSOLI, Wainer; WARD, Stephen; GIBSON, Rachel. The Australian public and politics on-line: Reinforcing or reinventing representation? *Australian Journal of Political Science*, v. 43, n. 1, p. 111-131, 2008.

MAINWARING, Scott. *Politician, parties and electoral systems: Brazil in comparative perspective*. Kellogg Institute, 1990.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n° 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Inglaterra: Cambridge University, 1997.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NORTON, Philip. Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 13, n° 3, september 2007, p 354-369, 2007.

PERNA, Andréa; BRAGA, Sérgio. The Invisible Side of Political Participation. In: MEHMET, Z. S. (Ed.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons*. New York: IGI Global, 2012.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. *Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TAVARES, José Antonio, Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TAVARES, José Antonio Giusti. *Reforma política e retrocesso democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

KIES, Raphael; MENDEZ, Fernando; SCHMITTER, Philippe; TRECHSEL, Alexander. *Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe*. Luxemburg: Lars Bosche, 2003.

WILLIAMSON, Andy. *MPs online: Connecting with constituents*. Hansard Society, London, 2009.

ZITTEL, Thomas. Political Representation in the Networked Society: The Americanization of European Systems of Responsible Party Government? *Journal for Legislative Studies*, UK, v. 9, n° 3, p. 32-53, 2003.

ZITTEL, Thomas. Digital parliaments and electronic democracy: a comparison between the US House, the Swedish Riksdag and the German Bundestag. In: GIBSON, R.K; ROMMELE, A.; WARD, S. J. (Eds). *Electronic Democracy*. London and New York: Routledge, 2004.

ZITTEL, Thomas. Constituency Communication on the WWW in Comparative Perspective Changing Media or Changing Democracy? In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Politica Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Politica Research*. Essex: ECPR, 2009.

Sobre os autores

André Rehbein Sathler

Professor do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados (CEFOR-Câmara dos Deputados) e do Mestrado Profissional em Gestão Estratégica de Organizações do IESB. Economista pela UFMG, Mestre em Informática pela PUC-Campinas e em Comunicação pela UMESP, Doutor em Filosofia pela UFSCar. Atuou em vários cargos acadêmicos como Coordenador do Curso de Administração, Diretor da Faculdade de Gestão e Negócios, Pró-Reitor de Graduação e Educação Continuada e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação na UNIMEP; Vice-Reitor - Izabela Hendrix; Diretor do Programa de Pós-Graduação e Coordenador do Curso de Mestrado em Poder Legislativo - Câmara dos Deputados. Atualmente, é consultor do projeto “Pensando o Direito” do Ministério da Justiça; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da *Global Partners Governance*.

Andrea Sampaio Perna

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2010) e especialista em Desenvolvimento Gerencial pela mesma universidade (2004). Especialista em Informática pela Universidade Católica de Brasília (1988). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1986). Certificação *Project Management Professional (PMP)*, pelo *Project Management Institute*. Foi coordenadora do Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio (Olerj) (2018) e Diretora da Assessoria de Planejamento Estratégico e Governança da Câmara dos Deputados.

Antonio Teixeira de Barros

Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Mestre em Comunicação pela UnB (1996).

Beth Simone Noveck

Professora da *Northeastern University* (EUA), Diretora do Centro Burnes para Mudança Social e de seu parceiro, *The Governance Lab (The GovLab)*. É referência na área de iniciativas para governo aberto, atualmente Chefe do Gabinete de Inovação do governo de Nova York, tendo servido anteriormente como consultora do Conselho Digital de Angela Merkel, na Alemanha, e como a primeira Chefe do Gabinete de Tecnologia e diretora da Iniciativa de Governo Aberto da Casa Branca, no governo de Barack Obama. Recentemente, publicou o livro *Solving Public Problems: How to Fix Our Government and Change Our World* (Yale Press, 2021), nomeado como a melhor obra de 2021 pela *Stanford Social Innovation Review*.

Cristina Leston-Bandeira

Professora de política no Departamento de Política e Estudos Internacionais da Universidade de Leeds, no Reino Unido. Autora de cerca de trinta publicações sobre o relacionamento entre parlamentos e cidadãos, Leston-Bandeira é uma especialista mundial sobre o tema do engajamento político e, especificamente, das petições parlamentares. Presidente do *International Parliament Engagement Network* (IPEN).

Cristiane Brum Bernardes

Docente e pesquisadora do Mestrado em Poder Legislativo do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Doutora em Ciência Política (IESP), com residência Pós-Doutoral em Ciência Política (2020) na Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG), e Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), do *Centre for Democratic Engagement* (Universidade de Leeds), da *Global Research Network on Parliaments and People* (SOAS-Universidade de Londres) e do *International Parliament Engagement Network* (IPEN).

Cristiano Ferri Soares de Faria

Professor e pesquisador do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados (CEFOP). Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Políticas Públicas pelo *Queen Mary College*, da Universidade de Londres, e pesquisador associado do *Ash Center for Democratic Governance and Innovation* da Universidade de Harvard (2009/10) e do *Center for Collective Intelligence* do MIT (2019/21). Realizou um pós-doutorado no programa *Algorithmic Public Spheres*, na Universidade de Hamburgo (Alemanha).

Edna Miola

Professora do Departamento de Linguagem e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Universidade Federal da Bahia, 2009) e bacharel em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005). Realizou pós-doutorado na *Michigan State University* (2021-2022). Vencedora do Prêmio Capes de Tese em Ciências Sociais Aplicadas I (2013) e premiada com menções honrosas no Prêmio Compós de Tese e no Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Coordena o Grupo de Pesquisa Discurso, Comunicação e Democracia (DISCORD/UTFPR); é integrante Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE/UFPR) e do grupo de pesquisa Estudos em Comunicação Organizacional (UTFPR). Atua nas áreas de comunicação política, cibercultura, comunicação governamental e opinião pública, governança pública, democracia digital.

Francisco Paulo Jamil Marques

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PP-GCOM) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Editor Associado do

Journal of Communication (Oxford University Press). Atuou como Pesquisador Visitante na *Michigan State University*. Líder dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE/UFPR) e Discurso, Comunicação e Democracia (DISCORD/UTFPR). Tem publicações em diversas revistas internacionais, a exemplo de *Journal of Communication*, *Digital Journalism*, *Journalism*, *Journalism Studies*, *Journalism Practice*, *Annals of the ICA*, *Policy & Internet*, dentre outras. Atua na área de Comunicação, Política e Tecnologia, examinando os seguintes temas: e-Transparência, Democracia Digital, Jornalismo Político, Teoria Democrática, Deliberação Pública, Participação Política e demais aspectos relacionados à Opinião Pública.

Francisco Soto

Professor Associado do Departamento de Direito Público da Universidade do Chile. Bacharel, mestre e Doutor em Direito. Pesquisador do Grupo de Ciências Jurídicas e Políticas do Fundo Chileno de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FONDECYT), e do Grupo de estudos sobre Democracia e Constitucionalidade (GEDECO), da Universidade de Barcelona. Integrante do Conselho de Observadores do Processo Constituinte (2016-2017) e do Conselho #Nuestraconstitución (2015-2016) da Fundação Democracia e Desenvolvimento.

Isabele Batista Mitozo

Professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de pesquisa na Universidade de Leeds, Reino Unido. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia e Comunicação Digital (DECODE/UFMG). Pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e ao International Parliament Engagement Network (IPEN). Foi Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) no biênio 2021-2023.

Luciana Fernandes Veiga

Professora Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista Produtividade de Pesquisa do CNPq. Tem graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, e estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos da Democracia na Universidade da Califórnia - Irvine. Atuou como professora visitante na Universidade de Granada - Espanha em 2021. Presidiu duas associações acadêmicas: a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA) no biênio 2011-2013, e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no biênio 2020-2022.

Malena Rehbein Sathler

Analista legislativa na Câmara dos Deputados, onde trabalha como jornalista e assessora técnica. Professora do Mestrado em Poder Legislativo do CEFOR. Doutora em Ciência Política pelo IESP-Uerj (2011). Mestre em Relações Internacionais e Teoria Política Contemporânea no Centro de Estudos para a Democracia da Universidade de Westminster/Londres (2003) e em Comunicação pela Universidade de Brasília (1997). Graduação em Comunicação Social - habilitação Jornalismo - pela Universidade de Brasília (1994). Tem experiência na área de Ciência Política e Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, mídia/política, jornalismo político, participação e representação política, democracia digital, corrupção.

Maria Alejandra Nicolás

Docente da área de Administração Pública e Políticas Públicas e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão de Programas, Projetos e Políticas Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Tem experiência na área de políticas públicas e governo eletrônico. Integrante do Centro de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (CEPECON) e do Núcleo de Economia e Políticas Públicas (UNILA).

Michelle Cristina de Souza Silva

Servidora da Câmara dos Deputados atuando em liderança partidária, com quase 20 anos de serviço público. Especialista em Direito e Ciência Política pelo CEFOR-Câmara dos Deputados (2018), e em Direito Público pelo Instituto *Processus* (2009). Formada em Direito pelo UniCEUB (2003), cursou U.S. *Legal Studies na University of Southern California* (2019/2020). Atualmente, cursa o Mestrado Profissional em Poder Legislativo no CEFOR-Câmara dos Deputados, com previsão de término em 2023.

Nelson Gomes dos Santos Filho

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, ocupando a função de Diretor do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR). Professor e pesquisador vinculado ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo do CEFOR. Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2009) e Mestre em Administração pela mesma Universidade (2002). Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (1995), atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: administração pública, gestão de organizações públicas, políticas públicas, estudos organizacionais e gestão de pessoas.

Sérgio Soares Braga

Professor Associado nível 4 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível 2 no CNPQ. Bacharel em Ciência Política pela Unicamp e em Ciências Econômicas pela UFPR, com mestrado em Ciência Política e doutorado em Desenvolvimento Econômico, ambos pela UNICAMP. Fez estágio pós-doutoral no *Institute of Communication Studies* da Universidade de Leeds. Coordenador do Grupo de Trabalho “Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura” da ANPOCS entre 2010 e 2015, e do GT Internet e Política da COMPOLÍTICA entre 2015 e 2019. Já atuou como coordenador (2017-2019) e vice-coordenador (2021-2022) do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR.

Sivaldo Pereira da Silva

Professor da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBa), com estágio doutoral na University of Washington (EUA) e pós-doutorado no Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico (CEADD-UFBa). Foi professor visitante na *Technische Universität Dortmund* (Alemanha), onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no *Erich-Brost-Institut* (2021-2022). Atuou também como consultor ou pesquisador em organizações como Unesco, Ipea e Ministério da Cultura. É pesquisador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD) e coordenador do Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPol-UnB).

Wilson Gomes

Professor Titular e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. É graduado, mestre e doutor em Filosofia (*Universitas a Scte. Thomae*, Roma) e graduado em Teologia (*Universitas Gregoriana*, Roma). Autor de *Transformações da política na era da comunicação de massa* (2004), *A democracia no mundo digital* (2018) e *Crônica de uma tragédia anunciada: Como a extrema-direita chegou ao poder* (2020) e mais sete livros. Coordenador do Instituto Nacional em Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). Referência nacional na área de estudos em Democracia Digital.

Yanina Welp

Pesquisadora do *Albert Hirshman Centre on Democracy* e ex-diretora do Centro de Estudos em Democracia da Universidade de Zurique (Suíça). Doutora em Ciência Política pela Universidade Pompeu Faibra (Espanha). É uma das fundadoras da Rede de Politólogas e referência na área de inovações democráticas e participação cidadã na América Latina, tendo recentemente publicado o livro *The will of the people. Populism and citizens participation in Latin America* (2022).

A Editora UnB é filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Frutiger e Baskerville.

Qualquer análise sobre o cenário institucional e político do Século XXI precisa levar em conta que o uso da internet pelos atores políticos é uma realidade em ascensão na maioria dos países. Em relação ao Parlamento, instituição central das democracias representativas conforme as conhecemos, as perspectivas e tendências seguem a mesma direção. Representantes, atores institucionais, cidadãos e organizações da sociedade civil estão engajados no uso de diferentes plataformas, com interesse específico de influenciar as decisões políticas, em um processo que os estudos chamam de “Democracia Digital”.

Nas duas últimas décadas, a aceleração dos processos de digitalização da esfera política em todo o mundo, especialmente com o ingresso dos atores políticos e das instituições no ambiente das mídias sociais, criou novas complexidades para o relacionamentos entre as casas legislativas e os cidadãos. Esse é um dos focos desta publicação, que tematiza diferentes aspectos dos processos de digitalização no ambiente institucional representativo.